



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: geral@ans.pt



ANS

COMUNICADO UNIDADE, CONFIANÇA E LUTA!

Nº: 25/2001

Data: 9 DEZ 01

Camaradas:

A Instituição Militar e os militares atravessam um dos momentos mais difíceis e incertos da longa história da sua existência ao serviço do País, da independência e soberania nacionais. Mas é nas horas mais difíceis que os homens e os exércitos se revelam no seu carácter, na sua elevação, na sua coesão e disciplina, na sua bravura e perseverança e na sua paciência e sangue frio. Os Sargentos de Portugal mais uma vez saberão estar à altura da memória dos seus antepassados, resistir às dificuldades e vencê-las.

As Forças Armadas Portuguesas encontram-se em ruptura franca em muitos sectores e à beira da insolvência noutros. A Instituição Militar, que é o pilar mais importante da soberania e independência nacionais, vê-se numa situação relapsa, sem meios para pagar a totalidade dos vencimentos aos jovens em regime de contrato, aos militares em missões diplomáticas e no estrangeiro, hesitando mesmo na atribuição de subsídios de risco aos militares portugueses integrantes da STANAVFORLANT, actualmente envolvidos na operação de ataque ao terrorismo, aos quais foram atribuídas missões de acrescido risco. Vê-se na contingência de não poder cumprir com o pagamento dos combustíveis e de outros compromissos comerciais. Ao mesmo tempo os vencimentos dos militares continuam a degradar-se no contexto da administração pública, os militares em comissão nas Regiões Autónomas são discriminados não usufruindo do subsídio de insularidade, as carreiras continuam a marcar passo, o retrocesso funcional e a desvalorização profissional agravam-se na justa medida em que a aderência dos jovens às Forças Armadas diminui.

É preciso lutar para inverter estas perspectivas negativas!

Quanto aos vencimentos o Ministro da Defesa Nacional disse em sede parlamentar que o orçamento para 2002 não dota o ministério com os meios suficientes para resolver os problemas de vencimentos dos militares. Continuam por resolver as questões de equidade, como relativamente ao sistema retributivo da GNR e o relativo à aplicação do artigo 19º pontos 2 e 3 do DL 328/99, que fez com que os camaradas recuassem no posicionamento indiciário conquistado arduamente no DL 80/95 e no DL 299/97, e, ainda, a absorção dos diferenciais nas 2ª e 3ª fases que os Oficiais da Armada mantiveram. Também não se vislumbra que hajam meios para revalorizar autonomamente o índice 100 e o Suplemento da Condição Militar. Em contrapartida continuam as reuniões da comissão do âmbito do EMGFA e as tabelas a proliferarem, só para desmobilizar e confundir. O Primeiro Ministro continua a dar a entender que não é oportuno resolver os problemas dos militares e, por isso, não desbloqueia as verbas necessárias.

É preciso demonstrar ao PM que não só é oportuno como necessário e urgente!

O processo que obrigámos a abrir com mais de 6 000 assinaturas de cidadãos, utilizando um direito constitucional, na Assembleia da República para este órgão de soberania voltar a discutir o EMFAR e rectificar os artigos que impõem o retrocesso funcional e os que não criam os mecanismos de fluidez nas carreiras, ou seja, os artigos estruturantes da nossa carreira e do seu desenvolvimento, continua sem agendamento nem resposta. Vamos dentro em breve apresentar mais cerca de 2.000 assinaturas de cidadãos e pedir uma adenda ao processo.

É preciso demonstrar a todos que não nos conformamos com uma carreira sem perspectivas: não queremos passar a maior parte do tempo útil de vida no posto de 1º Sargento!

A questão da Justiça Militar, depois das diligências que fizemos para que o processo fosse discutido em sede própria por todos os interessados, voltou a cair num impasse que não pressagia nada de bom.

É preciso continuar a pugnar para que esta discussão seja travada por quem de facto entende da matéria e tem interesses directos nela, nomeadamente: os Juizes, os Magistrados do Ministério Público, a Universidade, os Juristas, os Militares representados pelas suas associações.

Há quem nestes momentos difíceis pretenda fazer como o cuco e vir utilizar a justa luta dos militares para virem *chocar* os seus pontos de vista e anseios pelo poder. A esses devemos dizer muito claramente que sabemos muito bem distinguir as andorinhas dos cucos e não deixaremos instrumentalizar a nossa nobre e justa luta para outros fins que não sejam a defesa da Instituição e da Família Militar.

Em suma, camaradas:

Temos de continuar a lutar com determinação, com confiança, em unidade, com serenidade e inteligência, porque podemos correr o risco de ficar numa situação ainda mais gravosa do que a que temos!

Por isso na próxima quarta-feira dia 12 de Dezembro de 2001 "*Vamos todos ao Primeiro Ministro*" ou seja, de um modo simbólico vamos em todo o País ao PM faltando ao almoço. E à tarde, entre as 17h45 e as 19h00 os sargentos da área metropolitana de Lisboa passeiam fardados junto à presidência do Conselho de Ministros enquanto a delegação da ANS comparecerá para pedir, pela sétima vez, uma audiência.

A vida já nos demonstrou que nada conseguimos sem luta. Esta que estamos a travar, vai ser longa, dura, complexa e difícil.

Só a determinação, a unidade e a confiança na possibilidade de vitória nos pode ajudar a vencer aqueles obstáculos.

Lisboa, 9 de Dezembro de 2001

A Direcção